

Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio como membros efectivos do Conselho Deliberativo da Boa Vista, os seguintes Camaradas:

- Duete Alcides Alfama, responsável político.
- Pancrácio do Rosário Silva, professor aposentado.
- Adão Gomes, motorista.
- António Manuel Brito da Graça, pedreiro.
- Pedro Benoliel, carpinteiro.
- Serapião António Oliveira, comerciante.
- José Lopes, funcionário dos TACV.
- Fortunato Celedónio Silva Lima, funcionário.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*.

—o—

MINISTÉRIO DE ECONOMIA

Despacho

A. Determino que sejam comercializadas pela EMPA pelos preços constantes do quadro, as seguintes mercadorias:

1. Transportadas no n/m «Deltaparaguay», entrado em S. Vicente em 19 de Novembro de 1975:

	Quantidades toneladas	Preços	Total
Milho...	3 548	4 000\$00	14 192 000\$00
Farinha de trigo ...	727	12 000\$00	8 724 000\$00
Corn soyblend ...	8	10 000\$00	80 000\$00
			22 996 000\$00

2. Transportado no n/m «City of Ottawa», entrado em 2 de Novembro de 1975, com contramarca 361/75:

	Quantidades	Preços	Total
Peixe enlatado ...	17 578 latas	6\$00	105 468\$00
Leite em pó ...	87 ton.	15 000\$00	1 305 000\$00
			1 410 468\$00

3. Transportado no n/m «Costis», entrado em 13 de Outubro de 1975:

	Quantidades	Preço	Total
Milho...	2 790	4 000\$00	11 160 000\$00

Total geral ... 35 566 468\$00

B. A EMPA depositará o produto da venda na conta «Fundo de Desenvolvimento Nacional», depois de deduzidos 20%, para cobrir as despesas de distribuição e outros encargos.

Ministério de Economia, 16 de Janeiro de 1976. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública

Despachos do camarada Primeiro Ministro:

De 21 de Janeiro de 1976:

José Jorge Lisboa da Costa Santos — mandado ingressar, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 9.º do Decreto n.º 3/76, de 7 de Janeiro do ano em curso, inserto no *Boletim Oficial* n.º 2 da presente série, no quadro do pessoal da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na categoria de chefe de Secção, definitivo, ficando exonerado das funções de adjunto de administrador de concelho, do ex-quadro administrativo.

Benjamim da Fonseca Ferro, economista da Provedoria de Assistência Pública — desligado de serviço para efeitos de aposentação, com a pensão provisória anual de 48 720\$, correspondente a 28 anos, 5 meses e 14 dias de serviço prestados à Administração Colonial Portuguesa e 4 meses e 27 dias ao Estado de Cabo Verde, totalizando: 28 anos, 10 meses e 11 dias, devendo descontar na respectiva pensão a quantia de 86 536\$ de aposentação atrasada, amortizáveis em 116 prestações mensais de 746\$.

O interessado deverá entregar o processo de aposentação instruído no prazo estabelecido pelo n.º 1 do artigo 8.º do do Decreto n.º 52/75.

O encargo tem cabimento na dotação do capítulo 3.º, artigo 11.º, n.º 1), alínea b) do orçamento vigente da Provedoria de Assistência Pública. (Visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 22 do mesmo mês e ano).

António Peres Monteiro, adjunto de administrador de posto, dos ex-serviços de Administração Civil deste Estado — exonerado a seu pedido das referidas funções, a partir de 8 de Janeiro do corrente ano.

João Aqueleu Jenner Barbosa Amado, adjunto de administrador de posto, interino — colocado, por conveniência de serviço na Junta de Freguesia da Calheta.

Alcides Galina Sanches Rodrigues, adjunto de administrador de posto, interino, dos ex-serviços de Administração Civil, a prestar serviço na Junta de Freguesia da Calheta — transferido, por conveniência de serviço, para o Secretariado Administrativo de Santa Catarina.

Nos termos do n.º 1 do artigo 9.º do Decreto n.º 3/76 de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no *Boletim Oficial* n.º 2 da presente série, são distribuídos pelos lugares criados pelo mesmo Decreto, os seguintes funcionários que actualmente prestam serviço na Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública:

Nomes	Categorias	Forma de nomeação
1. Jorge Manuel Braga Ferro Soares de Brito ...	Director Geral do Trabalho	Definitiva
2. Noel Monteiro de Sousa Pinto ...	Inspector do Trabalho	Idem
3. Raul Vera-Cruz Barbosa ...	Chefe de Secção	Idem
4. Daniel A. Rendall Monteiro	1.º oficial	Provisória
5. Artur Nunes Tavares...	1.º oficial	Idem
6. Maria de Lourdes Rodrigues de Jesus a) ...	2.º oficial	Definitiva

Nomes	Categorias	Forma de nomeação
7. Maria Aidil Soares de Carvalho	2.º oficial	Definitiva
8. Maria Helena Tavares dos Reis	3.º oficial	Idem
9. Maria José Monteiro Gomes	3.º oficial	Provisória
10. Maria Odete Barbosa Rodrigues Pires	3.º oficial	Idem
11. Maria Teresa Évora Benrós	3.º oficial	Definitiva
12. Daniel Tavares Moreira	Arquivista	Idem
13. José Dias	Condutor	Provisória
14. Boaventura Tavares	Contínuo	Assalariado de carácter permanente
15. Maria Luísa Tavares	Servente	Idem
16. Conceição Sá Nogueira	Servente	Idem

a) Continua em comissão de serviço no Ministério da Educação Cultural, Juventude e Desportos.

Despacho do Camarada Director, por delegação do Camarada Primeiro-Ministro:

De 16 de Janeiro de 1976:

Conta, como abaixo se indica, o tempo de serviço prestado à Administração Pública, pelos seguintes funcionários:

Para efeitos de aposentação:

A Administração Pública Colonial Portuguesa incluindo 1/5:	Ao Estado de Cabo Verde:
A M D	A M D

Maria Marcelina Barbosa, ajudante de tráfego de 3.ª classe da Direcção Nacional dos Correios e Telecomunicações...

14 10 14 — — —

Arlindo Horácio Gomes, escrivão de Direito do Tribunal Judicial de Sotavento — ora em comissão como chefe de Gabinete do Ministério da Justiça.

24 1 26 — 4 25

Maria da Luz Mendes Ribeiro, contínua, do quadro do tráfego das Alfândegas de Cabo Verde

23 1 2 — — —

Despacho do Director Nacional de Saúde por Delegação do Camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 16 de Janeiro de 1976:

Homologa, o seguinte parecer emitido pela Junta de Saúde deste Estado, em 8 de Janeiro corrente, respeitante a António Fernandes Duarte, guarda coveiro da Administração Municipal da Brava:

«O inspeccionado deve ser enviado para o Estrangeiro a fim de ser observado em clínica especializada de Oftalmogia».

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 21 de Janeiro de 1976:

Miguel Ângelo Lopes Maia Barros, Juiz do Tribunal Sub-Regional de 1.ª classe do Fogo — exonerado, por conveniência de serviço, das referidas funções, com efeito a partir de 1 do mês de Janeiro do corrente ano.

Por diploma de provimento de 16 de Janeiro de 1976, visado pelo Conselho Nacional de Justiça, em 22 do mesmo mês e ano:

António Pedro Gonçalves, ajudante de mecânico de aviões de 1.ª classe — contratado para exercer o cargo de mecânico de veículos automóveis de 2.ª classe, dos Transportes Aéreos de Cabo Verde, por despacho do Camarada Ministro de Transportes e Comunicações de 9 de Janeiro corrente.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, nº 1) do orçamento privativo dos TACV.

Lista provisória dos candidatos ao concurso para o provimento de vagas de locutores da Emissora Oficial.

Admitidos:

Carlos Monteiro Silva; a)

José Tavares Gomes; a)

Luís Carlos Medina Magalhães de Vasconcelos; a)

Luís Vasco Tavares dos Santos de Sousa Lobo.

Excluído:

Moisés Gomes Monteiro. b)

a) Devem entregar no prazo de 20 dias, sob pena de exclusão, os documentos exigidos no anúncio de concurso.

b) Por não ter idade exigida no aviso de concurso.

Da presente lista cabe reclamação, no prazo de vinte dias.

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, na Praia, 23 de Janeiro de 1976. — O Director Nacional, João de Deus Maximiano.

oço

MINISTÉRIO DA DEFESA E SEGURANÇA NACIONAL

Polícia de Ordem Pública

Despachos do camarada Director Nacional de Segurança e Ordem Pública por delegação do camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

De 19 de Janeiro de 1976:

José Tavares Mendes Lopes, guarda de 2.ª classe n.º 158/407, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido por conveniência de serviço do Comando da POP do Agrupamento de S. Tiago (Esquadra da Praia) para a Delegação da Junta Autónoma dos Portos da Praia.

João José Semedo Lopes, guarda de 2.ª classe n.º 247/582, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido por conveniência de serviço da Delegação da Junta Autónoma dos Portos da Praia para o Comando da POP do Agrupamento de S. Tiago (Esquadra da Praia).

Domingos Correia Semedo, guarda de 2.ª classe n.º 196/564, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido por conveniência de serviço do posto policial de Santa Cruz para o Comando da POP de Agrupamento de S. Tiago (Esquadra da Praia).

Paulo Monteiro Pereira, guarda de 2.ª classe n.º 250/585, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido por conveniência de serviço do posto policial de Santa Catarina para o posto policial de Santa Cruz.

Justino Lopes de Barros, guarda de 2.ª classe n.º 281/644, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — transferido por conveniência de serviço do Comando da POP de Agrupamento de S. Tiago (Esquadra da Praia) para o posto policial de Santa Catarina.

Despachos do camarada Director Nacional de Saúde por delegação do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 8 de Janeiro de 1976:

António da Luz Fortes, guarda de 2.ª classe n.ºs 309/672, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sua sessão de 26 de Dezembro de 1975:

«Que o examinado não se encontra em condições de retomar o serviço, devendo continuar o tratamento que já iniciou.»

De 16:

Teófilo Silves Ferreira, guarda de 1.ª classe n.ºs 93/304, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sua sessão de 8 do corrente mês:

«Apto para retomar o serviço. Devendo ser observado periodicamente pelo médico assistente».

António Mendes, guarda de 2.ª classe n.ºs 68/235, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sua sessão de 8 do corrente mês:

«Necessita de mais trinta dias de repouso para continuar o tratamento, devendo ser novamente presente à Junta de Saúde».

Inácio de Jesus dos Santos, guarda de 2.ª classe n.ºs 112/449, do Corpo de Polícia de Ordem Pública de Cabo Verde — homologado o seguinte parecer da Junta de Saúde deste Estado, emitido em sua sessão de 8 do corrente mês:

«Apto para retomar o trabalho».

Comando do Corpo da Polícia de Ordem Pública, na Praia, 16 de Janeiro de 1976. — O comandante, *Timóteo Tavares Borges*, comandante das FARP.

Departamento da Polícia Económica e Fiscal

Despacho do Camarada Director Nacional de Segurança e Ordem Pública de 13 de Janeiro corrente, por delegação do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional:

João Spencer, guarda de 2.ª classe n.ºs 2 012/529, do Departamento da Polícia Económica e Fiscal, em serviço na Secção Fiscal do Mindelo — transferido, por conveniência de serviço para o Posto Fiscal da Janela, em Santo António como chefe, em substituição do guarda de igual categoria Augusto Spencer Boaventura, transferido por despacho do Camarada Ministro da Defesa e Segurança Nacional de 19 de Novembro do ano findo, para Pedra Lume, no Sal.

Departamento da Polícia Económica e Fiscal, na Praia, 19 de Janeiro de 1976. — O chefe do Departamento, *Nelson Santos*.

—o—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTOS

Direcção Nacional de Educação

Despacho do camarada Director Nacional de Educação:
De 4 de Novembro de 1975:

Rufina Silveira Duarte A. Pinto, professora do quadro do ensino primário deste Estado, na situação de licença ili-

mitada — autorizado o seu reingresso no quadro, com efeitos a partir desta mesma data.

Direcção Nacional de Educação, na Praia, 8 de Janeiro de 1976. — Pelo chefe do Departamento do Ensino Primário, *Maria de Fátima Rêa Lopes*, subdirectora escolar.

—o—

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações

Por erro saído inexacto novamente se publica:

Por diploma de provimento de 31 de Dezembro de 1975, visado pelo Conselho Nacional de Justiça em 12 de Janeiro de 1976:

Magda Barbosa Amado Gonçalves Nogueira Monteiro, 2.º oficial do quadro administrativo dos Serviços de Correios e Telecomunicações — nomeada, 1.º oficial administrativo, interino, do quadro do pessoal administrativo.

O encargo correspondente tem cabimento na dotação do capítulo 2.º, artigo 1.º, n.º 1, alínea a) e capítulo 2.º, artigo 1.º, n.º 2, da tabela de despesa do orçamento vigente.

(Os enclavamentos devidos serão descontados no primeiro título de vencimentos a abonar-se-lhe).

Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações, na Praia, 15 de Janeiro de 1976. — O Director Nacional, *Terêncio Gregório Alves*.

—o—

MINISTÉRIO DE SAÚDE E ASSUNTOS SOCIAIS

Direcção Nacional de Saúde

Despachos do camarada Ministro de Saúde e Assuntos Sociais:

De 24 de Dezembro de 1975:

Determina que a Junta de Saúde da Praia passe a ter a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira, Director-Geral de Saúde Pública;

Vogais — Dr. Teófilo Rosssurreição do Rosário de Menezes e Dr. Francisco Gomes Fragoso.

De 16 de Janeiro de 1976:

Determina que a Junta de Saúde de Barlavento passe a ter a seguinte constituição:

Presidente — Dr. Pedro Carlos José do Rosário;

Vogal — Dr. Noel Medina dos Santos;

Secretário — Dr. Henrique José de Oliveira Vera Cruz.

Direcção Nacional de Saúde, na Praia, 22 de Janeiro de 1976. — Pelo Director Nacional de Saúde, *Henrique Lubrano de Santa Rita Vieira*, médico de 1.ª classe.

AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

MINISTÉRIO DE TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕESCaixa de Auxílios aos Empregados de Correios
e Telecomunicações

AVISO

A Assembleia Geral da Caixa de Auxílios aos Empregados dos Correios e Telecomunicações de Cabo Verde em sua sessão ordinária de 18 do mês corrente elegeu os seguintes funcionários para constituírem os corpos gerentes da Associação para o ano de 1976:

Assembleia Geral:

Presidente — Elmira Brito Almeida;
Vice-Presidente — Maria das Dores Chantre;
1.º Secretário — Helena Eunice Tavares;
2.º Secretário — Edelmira Vieira de Andrade;
Vice-Secretário — Antero Augusto Martins Miranda;

Direcção:

Presidente — Armindo da Luz Monteiro;
Vice-Presidente — Etelmina de Freitas Vitória Levy;
Vogais efectivos — António Barbosa Vicente e Magda Barbosa Amado N. Monteiro;
Vogais suplentes — Anastácio Lopes Tavares e Maria da Conceição Semedo;
Secretário — Francisco Alberto Teixeira Barbosa;
Vice-Secretário — Carlos Alberto Duarte.

Conselho Fiscal:

Presidente — Maria da Graça H. Barreto Sousa;
Vice-Presidente — Maria do Rosário F. A. Vieira;
Vogais efectivos — Luciene Guanabara Gomes e Engrácia Helena A. de Sousa;
Vogais suplentes — Gastão Maria C. Fortes e Maria Lina Vieira de Andrade.

Caixa de Auxílios aos Empregados dos Correios e Telecomunicações, na Praia, 31 de Dezembro de 1975. — O Presidente da Assembleia Geral, *Hermano Marciano Almeida*.

ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

REGIÃO DE SOTAVENTO

CABO VERDE

(SERVIÇO DE NOTARIADO)

SEGUNDO CARTÓRIO

JUSTIFICAÇÃO

Certifico, narrativamente, para efeitos de publicação, que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número trezentos e quarenta e nove, folhas setenta e sete a setenta e oito, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, com a data de três de

Janeiro corrente, na qual Manuel de Jesus da Silva Pereira, casado sob o regime de comunhão geral de bens com Dulce Freire Tavares, comerciante e proprietário, natural da freguesia de S. Nicolau Tolentino, concelho da Praia e residente em Achadinha de Meio, subúrbios desta cidade, se declara, com exclusão de outrem, dono e legítimo possuidor do prédio urbano, moradia, situado em Achadinha do Meio, rés-do-chão, construído de pedra com argamassa de cimento e areia, rebocado e caiado por dentro e fóra, que se compõe de três quartos de dormir, um compartimento servindo de estabelecimento comercial, uma sala de jantar, uma sala de visita, um quarto de dormir para criada, uma arrecadação, uma cozinha, todos cimentados e cobertos com lage de betão armado e um quintal cimentado, confrontando do Norte e Leste com terrenos da Câmara Municipal da Praia, do Sul com terrenos da Câmara Municipal da Praia e um prédio urbano de Domingas dos Santos e do Oeste com um bêco e Ivo Moreira, com a área de cento e trinta metros quadrados, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número dois mil e oitenta, com o rendimento colectável de cinco mil e cem escudos e o valor matricial de cento e dois mil escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos desta Região, conforme certidão negativa lá passada.

Que não adquiriu este prédio por contrato, nem por sucessão, mas sim, por o ter construído com o seu trabalho e com o material por si adquirido, num tracto de terreno que possui na referida localidade, adquirido por compra.

Que, por não poder, pelos meios normais, por título escrito ou por outros documentos provar a sua posse, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme ao original.

Segundo Cartório Notarial da Região de Sotavento, na Praia, aos sete dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e setenta e seis. — O escrivão de Direito, por substituição, *Jorge Rodrigues Pires*.

CONTA:

Art. 18.º n.ºs 1 e 2	35\$00
Cofre Geral de Justiça	4\$00
Taxa de reembolso	1\$00
Papel e selos	20\$00
Total	60\$00

(São: Sessenta escudos). — Conferida por, *J. R. Pires*, Registada sob o n.º 61/76.

(6)

IMPRESA NACIONAL DE CABO VERDE

REPÚBLICA DE



CABO VERDE



BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 6500

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 6\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescido de 20%. Não serão publicados anúncios que não tenham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País	250\$00	130\$00
Para o estrangeiro	450\$00	370\$00
AVULSO: por cada duas páginas	2\$00	

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas da Quinta-feira de cada semana.

Os que forem depois da data fixada serão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos de verão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

SUMÁRIO

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO:

Despacho:

Determinando a constituição de uma comissão representante do Governo junto da firma empreiteira «Construção Técnica, Ld.» e define a sua competência.

Despacho:

Nomeando os membros efectivos do Conselho Deliberativo do Sal.

Despacho:

Acceitando o pedido de escusa de um membro efectivo do Conselho Deliberativo de Santa Catarina.

Despacho:

Acceitando o pedido de escusa de um membro efectivo do Conselho Deliberativo da Brava.

Despacho:

Nomeando um membro efectivo do Conselho Deliberativo da Brava.

Despacho:

Determinando a constituição de um grupo de trabalho para proceder a estudos de revisão do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino.

Despacho:

Nomeando os membros efectivos do Conselho Deliberativo do Maio e o substituto do Delegado da Administração Interna do referido Concelho.

Despacho:

Nomeando os membros efectivos do Conselho Deliberativo da Boa Vista.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA:

Despacho:

Determinando a comercialização por parte da EMPA de diversas mercadorias.

Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública.

Ministério da Defesa e Segurança Nacional:

Polícia de Ordem Pública.

Departamento da Polícia Económica e Fiscal.

Ministério da Educação, Cultura, Juventude e Desportos:

Direcção Nacional de Educação.

Ministério de Transportes e Comunicações:

Direcção Nacional de Correios e Telecomunicações.

Ministério de Saúde e Assuntos Sociais:

Direcção Nacional de Saúde.

Avisos e anúncios oficiais.

Anúncios judiciais e outros.

GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

Despacho

Considerando a necessidade de tornar mais justas as relações entre os trabalhadores e as entidades patronais;

Tendo em consideração os conflitos de trabalho que têm surgido nas obras do Porto desta cidade, a cargo da firma empreiteira «Construções Técnicas Ld.»;

Sendo de todo o interesse que haja ordem e disciplina em todas as relações de trabalho;

Determino:

1. Os camaradas Lucas Evangelista Brito, delegado da J.A.P.A. e Pedro Mendes Rodrigues, mestre de obras e delegado sindical, passarão a constituir uma comissão para, de modo permanente, representar o Governo junto da Empresa e com competência para:

- Velar pela produtividade e disciplina entre os trabalhadores;
- Intervir e solucionar os conflitos de trabalho que surjam entre a entidade patronal e os trabalhadores;
- Fazer observar escrupulosamente as normas legais em matéria de trabalho, nomeadamente sobre higiene e segurança nos locais de trabalho;

d) Zelar e vigiar pelo cumprimento das obrigações emergentes de contrato de trabalho;

e) Dentro dos limites da lei, tomar todas as iniciativas julgadas convenientes para o bom desempenho das suas funções solicitando, se necessário, o apoio de qualquer estância oficial.

2. Os assuntos que pela sua natureza especial se revistam de particular gravidade deverão ser submetidos à decisão superior, através da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública. Da mesma forma serão submetidos à apreciação e decisão do Governo todas as questões concernentes a reivindicações salariais.

3. Poderá a Comissão apoiar eventualmente as tarefas especialmente atribuídas à fiscalização por parte do Estado.

4. Quinzenalmente deverá a Comissão elaborar um sucinto e conciso relatório no qual informará o Governo, através da Direcção Nacional do Trabalho e da Função Pública, da situação no âmbito de suas funções específicas.

Gabinete do Primeiro Ministro, 9 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio como membros efectivos do Conselho Deliberativo do Sal, os seguintes Camaradas:

Mário Sabino Gomes Rodrigues, funcionário da Meteorologia.

Bernardino Sena Mosso Ramos, funcionário da Shell.

Quirino Lopes dos Santos, funcionário do Aeroporto.

Aguinaldo Severino Morais, funcionário das Alfândegas.

Gregório Marcos Chantre, funcionário da Shell.

Orlando Freitas, encarregado da Salins du Cap Vert.

António Fortes Lopes, empregado da Companhia de Fomento.

José Pedro Vinícula, funcionário da Meteorologia.

Reinaldo Évora, funcionário da Meteorologia.

Gabinete do Primeiro Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Maria Alba Faria Costa Freitas Vieira, aceite, nos termos da alínea d) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 58/75, o seu pedido de escusa de membro efectivo do Conselho Deliberativo de Santa Catarina.

Gabinete do Primeiro Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Eduardo André Camilo, aceite, nos termos da alínea d) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 58/75, o seu pedido de escusa de membro efectivo do Conselho Deliberativo da Brava.

Gabinete do Primeiro Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio, como membro efectivo do Conselho Deliberativo da Brava, o camarada, Manuel Ana Lopes.

Gabinete do Primeiro Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

1. Considerando que a elaboração de um estatuto da função pública, que reflita as nossas próprias realidades, é tarefa que exige muita reflexão e estudo;

2. Tendo em conta que, por força do disposto no artigo 22.º da Lei sobre a Organização Política do Estado, o texto fundamental que continua a regular a actividade da função pública no nosso Estado é o Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, com excepção de tudo o que seja contrário à soberania nacional, às leis do País e princípios e objectivos do PAIGC.

3. Verificando-se porém que se tem registado certa propensão para contestar algumas regras estatuídas no citado diploma que não exigem muito esforço de interpretação para se reconhecer de sua aplicabilidade, facto que no entanto não deixa de criar perturbações dentro da Administração;

Convindo que em matéria de tamanha importância sejam tomadas providências adequadas, ainda que de carácter provisório.

Determino:

1. É constituído um grupo de trabalho encarregado de proceder a estudos de revisão do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino que elaborará proposta de sua adaptação, para vigorar a título provisório, como estatuto da função pública do Estado de Cabo Verde.

2. O Grupo de Trabalho terá a seguinte constituição:

Director Nacional do Trabalho e da Função Pública;

Director Nacional da Administração Interna;

Director Nacional de Finanças;

Procurador da República da Região de Sotavento.

3. O Grupo de Trabalho poderá agregar a si outras entidades para análise e discussão de assuntos em que sejam especialmente versadas, podendo também requisitar de estâncias oficiais quaisquer informações ou dados que julgue necessários ao cumprimento de sua missão.

4. Os trabalhos deverão ficar concluídos no prazo de 90 dias a contar desta data.

Gabinete do Primeiro Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro Ministro, *Pedro Pires*.

Despacho

1. Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio como membros efectivos do Conselho Deliberativo do Maio, os seguintes Camaradas:

Manuel Moreira, responsável político.

Olívio Socorro Barbosa, professor primário.

João Ribeiro Rosa, agricultor.

Augustavo Mendes Tavares, motorista.

Heitor Carlos Barbosa Silva Nunes, professor primário.

João Baptista Tourinho, funcionário da Missão para a Erradicação do Paludismo.

Simão Spencer, trabalhador.

2. Nos termos do artigo 5.º — 1. do Decreto-Lei n.º 47/75, de 15 de Novembro, nomeio como substituto do Delegado da Administração Interna do Maio, o Camarada Manuel Moreira.

Gabinete do Primeiro-Ministro, 21 de Janeiro de 1976.
— O Primeiro-Ministro, *Pedro Pires*.